

## Estudo Técnico Preliminar



### 1. Informações Básicas

Número do processo de estudo do Setor Procuradoria Jurídica: 02/2025

### 2. Descrição da necessidade

A contratação do serviço descrito neste estudo para as repartições públicas municipais é possível pela previsão expressa no art. 6º, XVIII, alínea f, c/c, art. 74, inciso III, f, da Lei 14.133/2021, especificamente à inscrição de servidores em curso, congressos e atividades afins, comumente conhecidas como pagamento de taxa de inscrição.

*“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:*

*f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*

*f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”*

O curso ora solicitado se justifica pela necessidade de aperfeiçoamento dos trabalhos realizados pelo setor jurídico da Câmara Municipal de Olímpia, com vistas à capacitação e especialização dos Procuradores Jurídicos nos serviços relacionados à Assessoria Jurídica e Elaboração de Pareceres.

A escolha deste curso irá nos proporcionar atualização e conhecimento em relação a fundamentação, estrutura e prática dos trabalhos jurídicos como um todo. Busca-se dessa forma, assegurar a base de conhecimento e a segurança jurídica para apoiar os servidores para o melhor desempenho de suas funções.

### 3. Área requisitante

#### Área Requisitante Responsável

Procuradoria Jurídica.

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente solicitação de inexigibilidade de licitação tem por objeto a participação no curso “Assessoria Jurídica e Elaboração de Pareceres”, que terá duração das 32 horas, nos dias 06, 07 e 08 de maio de 2025, realizado de modo presencial, pela empresa CGL TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 46.875.281/0001-27.

### 5. Levantamento de Mercado

O valor total do curso é de **R\$ 2.122,45 (dois mil e cento e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos)**, sendo este valor para os dois alunos (sendo uma inscrição gratuita incluída mais 15% de desconto). Em razão da ausência de alternativas passíveis de análise, dada a natureza da contratação, de inexigibilidade de licitação pautada em serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissional de notória especialização, deixa-se de consignar outros valores a título de levantamento de mercado. Todavia, realizamos estimativa de valores, com base em custos cobrados pela empresa ora contratante junto a outros entes públicos, conforme apontado no item 8 deste estudo.

### 6. Descrição da solução como um todo

A contratação pretendida deve ser de acordo com o exposto abaixo:

Conteúdo Programático:

I- Aplicabilidade da Nova Lei de Licitações, Normas Gerais e o Papel da Assessoria Jurídica na Elaboração dos Regulamentos Papel Consultivo - Assessoramento de Agentes de Contratações, Pregoeiros, Gestores, Fiscais; Papel Contencioso - Defesa de Agentes Públicos; Papel Regulamentar - Elaboração de Minutas A Assessoria e o Controle Prévio de Legalidade; Obrigatoriedade do parecer jurídico - situações em que se aplica; Dispensa de Parecer Jurídico - situações em que se aplica; Elementos essenciais do parecer jurídico;

II - Análise de Minutas de Editais e Contratos pela Assessoria Jurídica - Foco na análise técnica e jurídica das minutas de editais e contratos administrativos. Este módulo ensinará como identificar cláusulas obrigatórias, evitar cláusulas restritivas de competitividade e garantir que os documentos estejam em conformidade com a legislação vigente, entendimentos dos tribunais de compras e melhores práticas.

III - Análise de Termos Aditivos de Prorrogação de Contratos Administrativos e de Acréscimos e Supressões - Discussão sobre os procedimentos e Fundamentos legais para a elaboração e análise de termos aditivos em contratos administrativos, incluindo prorrogações, acréscimos e supressões, com base na Lei 14.133/21.

IV - Atuação da Assessoria Jurídica nos Pedidos de Reajuste, Repactuação e Revisão Contratual - Este tópico aborda as situações de gestão contratual e o papel da assessoria jurídica na análise e aprovação desses pedidos, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Assessoria Jurídica na análise de pedidos de reequilíbrio econômico financeiro; Assessoria Jurídica na análise de reajuste; Assessoria Jurídica na análise de repactuação;

V - Dispensa de Licitação - Análise das principais hipóteses legais de dispensa de licitação previstas na nova lei, incluindo os requisitos e procedimentos que devem ser observados para justificar a contratação direta sem a realização de um processo licitatório. Assessoria jurídica em dispensas de licitação, limites de atuação, principais pontos de análise das contratações diretas.

VI - Inexigibilidade de Licitação - Discussão sobre as circunstâncias que permitem a inexigibilidade de licitação, com foco nos critérios de justificativa e nos procedimentos para a formalização dessas contratações, conforme estabelecido pela Lei 14.133/21. Assessoria jurídica em inexigibilidades, limites de atuação, principais pontos de análise das contratações diretas.

VII - Análise de Instrumentos de Garantia Contratual Fiança Bancária, Seguro-Garantia e Performance Bond Exploração dos diversos instrumentos de garantia contratual, incluindo fiança bancária, seguro-garantia e performance bond. Serão discutidos os requisitos legais, benefícios e riscos associados a cada tipo de garantia.

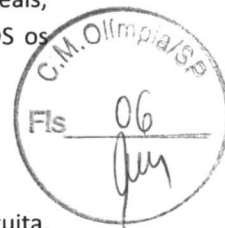
VIII - A Atuação da Assessoria Jurídica nos Processos Sancionatórios - Este módulo detalha o papel da assessoria jurídica nos processos sancionatórios contra fornecedores e contratados, abordando as bases legais procedimentos, defesa e aplicação de penalidades. Sancões previstas na Nova Lei de Licitações; Casos de parecer obrigatório no processo sancionador; Casos de parecer facultativo no processo sancionador;

IX - Atribuições Gerais e Específicas da Assessoria Jurídica na Nova Lei de Licitações: Controle, Assessoramento, Minutas Padronizadas, Pareceres Referenciais e Defesa de Agentes Públicos. Visão abrangente das funções e responsabilidades da assessoria jurídica conforme a nova lei, incluindo controle interno, assessoramento em licitações, elaboração de minutas padronizadas, emissão de pareceres referenciais e defesa de agentes públicos.

X - A Responsabilidade do Parecerista: Parâmetros Doutrinários e Acórdãos do TCU e STF - Análise da responsabilidade dos pareceristas à luz da doutrina e de decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Supremo Tribunal Federal (STF), destacando os parâmetros para emissão de pareceres e os riscos envolvidos.

XI - A Atuação da Assessoria Jurídica em Obras e Serviços de Engenharia - Discussão específica sobre o papel da assessoria jurídica em contratos de obras e serviços de engenharia, abordando aspectos técnicos, legais e procedimentais que impactam esses projetos.

XII - Oficina Prática de Elaboração de Pareceres Sessão prática destinada à elaboração de pareceres jurídicos, em que os participantes aplicarão os conhecimentos adquiridos em estudos de caso reais, desenvolvendo habilidades práticas de análise e redação jurídica, além da observância de TODOS os elementos necessários à elaboração de parecer.



#### **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

Será realizado o pagamento do curso para 01 participante, sendo que a outra inscrição será gratuita, conforme proposta anexa aos autos.

#### **8. Estimativa do Valor da Contratação**

Valor contratações cursos:

Valor (R\$): 2.500,00 - Cisbaf - Estado do Rio de Janeiro

Valor (R\$): 2.500,00 - Unicentro

Valor (R\$): 2.500,00 - Sistema CFQ/CRQs

---

Média (R\$) 2.500,00

O valor total da despesa é de **R\$2.122,45 (dois mil e cento e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos)**, portanto dentro da média estimada de valores relacionados ao objeto desta contratação.

#### **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

A emissão da nota de empenho ou reserva será enviada à organizadora do evento para confirmação da inscrição, que após a finalização do curso de capacitação das servidoras e a entrega dos certificados, receberá o pagamento total em até 5 dias úteis pelos serviços prestados.

#### **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

A contratação se relaciona com o aperfeiçoamento da elaboração de pareceres jurídicos e realização de assessoria jurídica, com um todo, com vistas ao aprimoramento dos serviços jurídicos elaborados dentro da Câmara Municipal de Olímpia/SP.

#### **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A presente contratação se alinha ao Planejamento de capacitação e desenvolvimento dos servidores pertencentes ao quadro da Câmara Municipal de Olímpia/SP.

#### **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A escolha deste curso objetiva contribuir para aumento da eficiência operacional, além de otimizar a gestão dos serviços prestados para todas as dependências da unidade administrativa, e no aprimoramento técnico dos profissionais – público alvo do treinamento.

Espera-se que, ao final do curso, seus participantes tenham condições de avaliar a melhor estratégia, as melhores práticas, soluções diversas e possíveis para o mais seguro atendimento das diversas áreas e demandas atuantes nesta temática, tudo dentro e em conformidade com as melhores práticas administrativas.

#### **13. Providências a serem Adotadas**

A demanda será acompanhada pelo setor requisitante, responsável e usuário direto do serviço a ser contratado, este, devidamente capacitado para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade de todo o fluxo da contratação pública.



#### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica.

#### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

##### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável, pois a empresa contratada é notória no ramo do serviço que oferta, está com toda a documentação fiscal regular, não existindo nenhum óbice que venha dificultar a contratação ora pretendida.

#### 16. Responsáveis

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Bianca Noeli da Silva Perez'.

**BIANCA NOELI DA SILVA PEREZ**  
**PROCURADORA JURÍDICA**